

ECONOMIA

Taxa extra da conta de luz sobe quase 50%

Governo cria prêmio para reduzir consumo

PALAVRA DO EDITOR

Ao invés do programa da crise de energia de FHC, que punia quem gastava mais na conta de luz, o atual governo optou por estimular a economia. Entretanto, a premiação será paga pelo reajuste da bandeira.

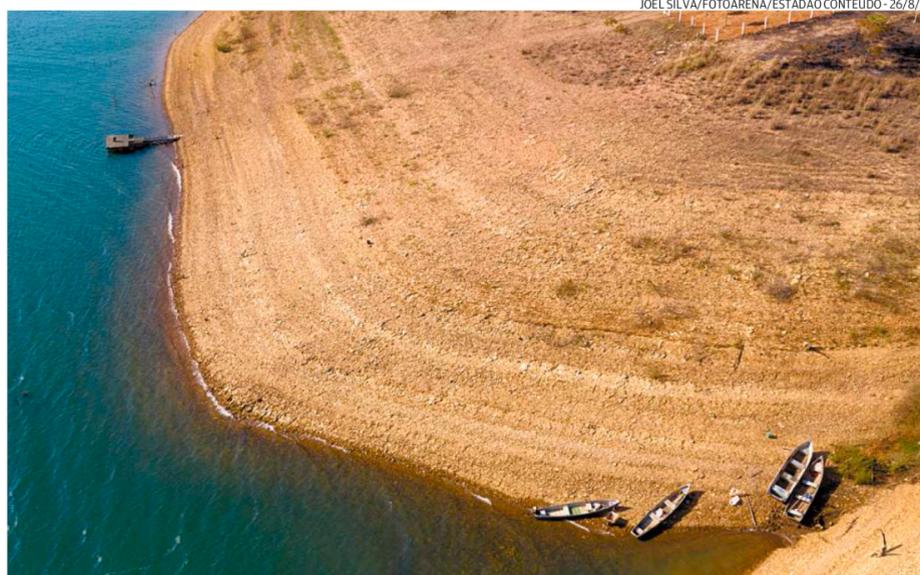
DE BRASÍLIA

O governo decidiu aprovar um reajuste de 49,63% no valor cobrado na bandeira tarifária para fazer frente às despesas do acionamento de usinas térmicas e das medidas adotadas para evitar apagões e até mesmo um racionamento de energia.

A partir deste mês, a taxa adicional cobrada nas contas de luz passará de R\$ 9,49 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) para R\$ 14,20. O valor irá vigorar entre hoje e 30 de abril de 2022. A bandeira da escassez hídrica provocará aumento médio de 6,78% na conta.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, afirmou que o governo estabeleceu a bandeira da escassez hídrica para sinalizar o momento em que o País enfrenta.

O anúncio acontece após reunião da Câmara de Regras Excepcionais para Ges-



Lago de Furnas (MG), com apenas 18% de sua capacidade: nova bandeira foi batizada de escassez hídrica

tão Hidroenergética (Creg).

O governo pretende premiar os consumidores que reduzirem o consumo em um patamar de 10% a 20% com um bônus de R\$ 0,50 a cada kWh economizado. Quem reduzir menos que 10% não receberá bônus, e quem superar o nível de 20% tampouco receberá prêmio adicional.

Embora o governo queira premiar quem economiza, não quer punir quem gastar mais com multa ou corte compulsório - como foi feito em 2001.

O programa prevê que o conjunto de consumidores pague, proporcionalmente, pelo custo adicional de geração, por meio de uma taxa chamada de Encargos de Serviço do Sistema (ESS).

O ESS é pago via bandeira tarifária e, caso o custo das usinas supere o valor arrecadado, é repassado no reajuste tarifário anual de cada distribuidora.

Após pagar esse custo, quem economizar energia terá uma parte desse valor devolvido na conta - mas

apenas a sua economia individual. O valor devolvido será inferior ao da EES que ele efetivamente pagou.

AVAL DO GOVERNO

Caberia apenas à Aneel a atribuição de definir as tarifas de energia elétrica praticadas no País, mas o órgão procurou aval do ministério para adotar uma medida tão impopular.

Houve também preocupação com o impacto de mais um aumento no preço da energia sobre a inflação. (Estadão Conteúdo)

DESCONTO

O governo pretende premiar os consumidores que reduzirem o consumo em um patamar de 10% a 20% com um bônus de R\$ 0,50 a cada kWh economizado. Quem reduzir os gastos menos que 10% não receberá bônus e quem economizar mais de 20% também não terá um prêmio maior por isso. Segundo o portal G1, a comparação para identificar a economia e eventualmente o prêmio será feita com base no somatório do consumo ao longo dos quatro meses - o acumulado entre setembro e dezembro deste ano, na comparação com a soma das mesmas quatro faturas de 2020. Uma vez feita essa comparação, se houver uma redução no consumo de 10%, o governo prevê que creditará o desconto na conta subsequente, em janeiro do próximo ano. A ideia é que o conjunto de consumidores pague, proporcionalmente, pelo custo adicional de geração, por meio de uma taxa chamada de Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que virá dentro da bandeira tarifária. Se o custo das usinas superar o EES arrecadado, essa diferença virá no reajuste anual de cada distribuidora. No caso do consumidor que economizar conforme as regras da premiação, após pagar a EES, ele terá uma parte desse valor devolvido na conta de luz.